



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



Foi criado o Gabinete Central de Crise que continua deliberando enquanto perdurar o cenário de contenção, alterando e adequando as ações conforme as necessidades forem surgindo, apoiado pelos Gabinetes Locais e acompanhando as orientações do Governo Federal.

A produção da 16ª Recarga de Angra II, com previsão de término em 27 de abril de 2020, foi concluída e entregue 56 elementos combustíveis no segundo trimestre.

Devido ao cenário atípico, não há elementos para prever com exatidão os cenários da pandemia que poderão se materializar nos próximos meses sobre as operações da Companhia. As áreas Comercial e de Gestão de Riscos da INB estão acompanhando tais impactos sistêmicos, em especial, sobre a cadeia de suprimentos, cuja maior parte dos insumos e matérias primas é adquirida no exterior em áreas que estão sob-restrrição de funcionamento por conta da pandemia. A área de finanças está acompanhando os impactos na economia, os reflexos na condição fiscal da União e nas receitas próprias provenientes dos clientes da INB.

Com o aumento dos casos de contaminação, a nível mundial, foi expedida pela Diretoria Executiva a RDE 076/20, com data de 16 de dezembro de 2020, estabelecendo medidas de contenção do avanço do vírus no âmbito da empresa. Até o momento, foi aplicado o montante de R\$ 1.216 mil na aquisição de materiais de proteção, na locomoção de funcionários, em serviços profissionais e de higienização visando à segurança dos colaboradores e familiares. A Companhia avaliou os impactos da pandemia provocada pela COVID-19 e entende que tais fatos não afetaram significativamente as operações e o resultado.

Importante ressaltar que a pandemia do Covid-19 incrementa significativa incerteza ao balanceamento dos riscos, desta forma, a administração da INB não pode garantir que a Companhia não será impactada no futuro, uma vez que está exposta a riscos operacionais sobre a saúde de seus empregados e colaboradores, bem como está sujeita a oscilações de mercado mais amplas e eventuais restrições legais e econômicas que venham a ser impostas em função da pandemia do COVID-19. Desta forma, os riscos elencados na Nota Explicativa nº 30 - Gestão de Riscos poderão se materializar com maior ou menor impacto.

A Companhia reitera seu compromisso com a segurança de seus empregados e colaboradores, bem como o atendimento à sua missão institucional.

33. Transformação da natureza jurídica da INB, alteração de controle acionário e determinação do resgate de ações

Por meio da Medida Provisória - MP nº 998, de 1º de setembro de 2020, a União Federal passou a deter o controle direto de todas as ações da INB que antes estavam em posse da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

Conforme previsto no artigo 10 da referida MP a transferência das ações independerá de avaliação e será realizada sem ônus para União Federal no valor do Patrimônio Líquido de 31/12/2019 constante do Balanço patrimonial da CNEN.

A Medida Provisória determina, portanto, a transformação da natureza jurídica da INB de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública.

Diante disso, as Indústrias Nucleares do Brasil S. A.- INB, em cumprimento ao seu Estatuto Social e ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.), tomou as providências de cunho societário relativo à transferência das ações pertencentes à CNEN para a União Federal, assim como o resgate das ações de propriedade de acionistas privados na forma determinada na referida Medida Provisória.

Com a transformação em empresa pública e a transferência das ações para União Federal os recursos de subvenção destinados para investimentos serão classificados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC e com isso deixarão de ser tributadas conforme Decreto nº 3.000/99, art. 392, inciso I e o saldo desses recursos não serão corrigidos pela Taxa de Juros SELIC, excetuando-se à regra do art. 2º do Decreto nº 2.673 de 16 de julho de 1998, por ser constituídos de recursos provenientes exclusivamente do setor público.

34. Cobertura de seguros

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia transfere através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, sendo as coberturas compatíveis com seu porte e suas operações.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

COMITE DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Mauricio Rocha Neves Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário	
Felipe Augusto Ferreira Gomes Membro	Nilo Jose Panazzolo Membro
CONSELHO FISCAL	
Mathias Lenz Neto – Presidente do Conselho Fernando Pedrosa Lopes - suplente	
João Amorim Litaiff Júnior – titular Ricardo Takemitsu Simabuku – suplente Conselheiro	Jefferson de Souza Oliveira – titular Dalton José de Oliveira – suplente Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústrias Nucleares do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

“Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva

Outros assuntos

Demonstração de Valor Adicionado

Revisamos a Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informações suplementares para fins de NBC TG 09. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 6 de março de 2020 sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

Os ativos e operações da companhia estão segurados por valores suficientes à cobertura de eventuais riscos e sinistros, conforme segue:

Ramos	31.12.20	31.12.19
Riscos nomeados e operacionais com cobertura de incêndio:		
- Unidades industriais	181.949	181.949
- Escritórios	24.679	24.679
Veículos (1):	Tabela FIPE	Tabela FIPE
Seguro vida em grupo e acidentes pessoais:	220.589	220.589
Transporte nacional – avarias nos estoques (2):	1.000	1.000
Transporte internacional – avarias nos estoques (3):	203.500	203.500

(1) Em caso de sinistro, a indenização é de 100% da tabela FIPE. Quando não existe referência na tabela FIPE, a indenização é realizada por valor determinado, discriminado no Termo de Referência e consequentemente em apólice.

(2) Valor total de R\$ 1.000 por embarque.

(3) Valor total de US\$ 50.000 por embarque.

35. Remuneração dos administradores e empregados

A maior e a menor remuneração pagas a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2020, foi de R\$ 39.293,32 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos) e R\$ 1.992,88 (um mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos), respectivamente (R\$ 39.293,32 e R\$ 1.975,70 em 2019), computadas a remuneração mensal composta de salário, tempo de serviço, periculosidade, gratificação de função, efetivamente recebidos, de acordo com a política salarial praticada pela Companhia.

O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 32.501,87 (trinta e dois mil, quinhentos e um reais e oitenta e sete centavos), valor aprovado pelo Conselho de Administração na RCA 008/20, de 13/03/2020, e o Ministério da Economia, por meio do Ofício SEI N° 85139/2020/ME, de 19/06/2020, para o período compreendido entre abril de 2020 a março de 2021.

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à gratificação de férias e benefícios, no valor de R\$ 3.521,04 (três mil, quinhentos e vinte um reais e quatro centavos) mensais.

Declaração dos diretores da companhia

Declaramos, na qualidade de diretores da Indústrias Nucleares do Brasil S.A – INB, sociedade por ações com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, 230 - salas 2401 a 2501, Centro - Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20.031-919, inscrita no CNPJ sob o nº 00.322.818/0001-20, que revimos, discutimos e concordamos com o conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e com o Relatório de revisão dos auditores independentes da Mazars S/S acerca das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Carlos Freire Moreira Presidente	
Rogério Mendes Carvalho Diretor	Rogério Corrêa Borges Diretor
Eduardo Rosin Diretor	Marcio Adriano Coelho da Silva Diretor
Pedro Francisco Dias Calheiros Boite Superintendente de Finanças	Daniel Moraes da Costa Contador – CRC – RJ 101.628/O-3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Ney Zanella dos Santos	
Presidente do Conselho de Administração	
Carlos Freire Moreira Conselheiro	Geraldo Medeiros Moraes Conselheiro
Sydney dos Santos Neves Conselheiro	Alvaro Toubes Prata Conselheiro
Antônio Carlos Brito Pereira Conselheiro	

base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações das Companhias ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2021.

Mazars Auditores Independentes CRC  
2SP023701/O-8 F - RJ

Cleber de Araujo  
Contador CRC nº 1 SP 213655/O-8

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – 2020:

O Comitê de Auditoria da Indústrias Nucleares do Brasil S.A.- INB é um órgão estatutário e permanente que reporta ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Seus 3 (três) membros são eleitos com mandato para 2 anos, não coincidente para cada membro, permitida uma reeleição.

As principais atribuições do Comitê são: avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes. Adicionalmente, também avalia e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com as partes relacionadas da Companhia.

O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com profissionais da área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e que examinou as demonstrações financeiras do exercício social de 2020, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras, além do Balanço Social, conforme determina o inciso III do artigo 57 do estatuto social da INB (artigo 10 do regimento interno do CAE), bem como relatório dos auditores independentes, tendo se reunido com os responsáveis pela Auditoria Independente.

Após debate e esclarecimento das dúvidas formuladas para os responsáveis pela Auditoria Independente - Mazars e pela área de contabilidade, o CAE concluiu que todos os fatos relevantes, conhecidos até a data deste relatório sobre o exercício social findo em 31/12/2020, estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras auditadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Além disso, foram analisados os documentos: Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2020, Distribuição de Dividendos aos Acionistas da Companhia relativos ao Lucro do Exercício de 2020 e Proposta de aumento de capital por capitalização de parte da reserva especial de dividendos não pagos, não tendo este Comitê nada a opor quanto ao encaminhamento destas propostas para aprovação pelo Conselho de Administração.

Maurício Rocha Neves Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário	
Felipe Augusto Ferreira Gomes Membro	Nilo Jose Panazzolo Membro